



Enfam estreia no universo do ensino a distância

pág. 9

A Lei Maria da Penha e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
por Adriana Ramos de Mello

pág. 11

Juiz vocacionado ou técnico?

por Roberto Amaral Rodrigues Alves

pág. 12



Enfam participa de Assembleia da RIAEJ no México

pág. 14

Entrevista: Conselheiro Walter Nunes



Luiz Silveira

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), indicado ao cargo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), Walter Nunes é juiz titular da Segunda Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte. Possui os títulos de mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e de doutor em Direito Processual Penal por essa última universidade.

Iniciou sua carreira na área da Justiça como promotor, foi juiz de Direito e procurador da República. Subsequentemente, ingressou na Justiça Federal, tendo atuado como membro do Conselho da Justiça

Federal (CJF) e, ainda, como juiz auxiliar da Presidência e da Corte Especial do STJ. Também se dedica à atividade acadêmica, como professor adjunto de Direito Processual Penal da UFRN.

Em entrevista ao *Boletim da Enfam*, o conselheiro Walter Nunes focaliza a missão do CNJ, o impacto das recomendações do Conselho sobre os magistrados brasileiros, a qualidade da magistratura, a seleção de juizes e a respectiva formação e aperfeiçoamento, ocasião em que traz importantes contribuições para o leitor melhor compreender tais assuntos, que, em decorrência do atual contexto de mudanças, são de especial interesse daqueles que militam na área da Justiça.

págs. 3 e 4

Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais – Riaej

por Henry Molina

“

A RIAEJ aspira por ser considerada, no âmbito da capacitação judicial, como um modelo de coordenação e integração ibero-americana.

”

A Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ) é uma comunidade voltada para a cooperação, o alinhamento e o apoio recíproco entre as escolas judiciais e os centros públicos de capacitação judicial da América Latina e da Península Ibérica. Tem como objetivos contribuir para o intercâmbio de informações sobre programas, metodologias e sistemas de capacitação judicial; facilitar a coordenação de atividades entre seus membros; e planejar atividades conjuntas de capacitação. A Rede se apoia em uma estrutura organizacional flexível e respeitosa da autonomia de cada um de seus membros.

A RIAEJ aspira ser considerada, no âmbito da capacitação judicial, como um modelo de coordenação e integração ibero-americana, por sua contribuição para o bom funcionamento do espaço judicial comum e para o fortalecimento dos sistemas judiciais e do Estado de Direito.

História

A RIAEJ foi criada durante a realização do II Encontro Ibero-americano dos Conselhos da Magistratura e aprovada na VI Reunião Ibero-americana de Presidentes de Cortes Supremas e Superiores Tribunais de Justiça, realizada na Espanha, em maio de 2001.

Desde então, a Rede, que se iniciou com 14 escolas judiciais, vem crescendo. Atualmente, é composta por 26 membros, entre escolas judiciais e centros de capacitação



judicial da América Latina e da Península Ibérica.

Estrutura organizacional

São integrantes da Rede as escolas judiciais e os centros públicos e unidades de capacitação judicial dos países ibero-americanos, assim como as instituições ibero-americanas de capacitação judicial de âmbito regional. A RIAEJ está estruturada por:

- Uma *Assembleia-Geral*, composta por todas as escolas judiciais e centros públicos de capacitação judicial integrantes. Tem como função primordial aprovar o plano de ação da Rede, eleger a Junta Diretiva e a Secretaria-Geral entre seus integrantes e receber os resultados das tarefas desenvolvidas pelos grupos de trabalho. A presidência da Assembleia é eleita pelo voto de seus membros.
- Uma *Junta Diretiva*, integrada por cinco membros da Rede eleitos pela Assembleia-Geral, com mandatos que vigoram até a realização da Assembleia-Geral seguinte. Suas funções são tomar decisões acerca do funcionamento da Rede entre uma Assembleia e outra e convocar a Assembleia-Geral, por iniciativa própria ou a pedido de $\frac{1}{4}$ dos membros da RIAEJ.
- Uma *Secretaria-Geral*, que é sede temporária da RIAEJ e recai sobre um membro da Junta Diretiva. Suas funções são faci-

litar as relações entre a RIAEJ e os organismos nacionais e internacionais e realizar trabalhos que lhe atribua a Junta Diretiva.

- *Grupos de Trabalho*, cujas funções estão vinculadas ao estudo de temas concretos, que possam servir de base para a tomada de decisões por parte da Assembleia, e de temas que assegurem o funcionamento da Rede.

Resultados

A RIAEJ já realizou cinco Assembleias-Gerais: a primeira em Porto Rico, a segunda na República Dominicana, a terceira na Espanha, a quarta no Brasil e a quinta, neste mês de outubro, no México, onde se debateu o papel das escolas judiciais e a implementação das reformas processuais, a capacitação no sistema acusatório oral e outros temas atuais relacionados com a capacitação.

Esse enriquecedor encontro entre as escolas e os centros de capacitação membros da Rede é importante oportunidade para permuta, entre outras questões, de experiências, conhecimentos e metodologias de trabalho.

Os resultados das decisões tomadas nas Assembleias têm apontado o aperfeiçoamento e o fortalecimento dos sistemas judiciais de cada um dos países integrantes da Rede, intensificando a comunicação entre os membros, e fomentado, cada vez mais, uma melhor capacitação dos aplicadores do Direito.

Além disso, cabe destacar que deve ser submetido à Assembleia-Geral um prévio informe da Junta Diretiva sobre a solicitação de admissão de novos membros.

Henry Molina é secretário-geral da Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ) e diretor da Escola Nacional da Magistratura da República Dominicana.